

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 2, Outubro de 2024

TRADUÇÕES

Quem decide o que é democrático?

Adam Przeworski

Por que as autocracias temem os direitos LGBTQ+?

Gino Pauselli e María José Urzúa

Europa Centro-Oriental: Os jovens e a extrema direita

Laura Jakli

O modelo Bukele vai se espalhar?

Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara

Por que o México não está à beira do abismo

Viridiana Ríos

ARTIGO INÉDITO

Construção da democracia na África Austral

Jonuel Gonçalves

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Por que o México não está à beira do abismo

Viridiana Ríos

Viridiana Ríos é uma acadêmica mexicana e autora de No es normal: The Rigged Game That Fuels Mexico's Inequality and How to Change It [Não é normal: o jogo manipulado que alimenta a desigualdade no México e como mudá-lo] (2023).

Em 2 de junho de 2024, em uma vitória histórica, os eleitores mexicanos escolheram Claudia Sheinbaum para ser a primeira presidente mulher do país. Sua coalizão de esquerda, composta pelo Movimento de Regeneração Nacional (Morena), o Partido dos Trabalhadores e o Partido Verde, obteve 59% dos votos, derrotando a coalizão de centro-direita liderada por Xóchitl Gálvez por 32 pontos percentuais. Sheinbaum obteve um número recorde de votos para um candidato à presidência mexicana. No momento em que este artigo foi escrito, no início de junho, esperava-se que sua coalizão conquistasse uma supermaioria na Câmara dos Deputados de 500 membros, e apenas três cadeiras aquém de uma supermaioria no Senado de 128 membros, algo nunca antes visto na história da democracia eleitoral do México.^{III}

A extensão da vitória de Sheinbaum é de fato sem precedentes. Ela venceu em todos os estratos demográficos — gênero, idade, ren-

III. Nota do editor brasileiro: A cerimônia de posse foi no dia 1º de outubro de 2024.

* Publicado originalmente como “Why Mexico is Not on the Brink”, *Journal of Democracy*, Volume 35, Number 3, July 2024 © 2024 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

da, educação e profissão —, exceto entre empresários e eleitores com ensino superior, que representam apenas 16% da população mexicana de cerca de 130 milhões. Sua coalizão triunfou em 31 dos 32 estados mexicanos, com a única exceção sendo Aguascalientes, um dos menos populosos. Além disso, a coalizão conquistou sete dos nove governos estaduais, incluindo Yucatán, um estado que nunca havia sido governado por uma coalizão de esquerda.

No campo da política, o perfil de Sheinbaum também é uma anomalia. Ela é uma cientista que possui doutorado em engenharia energética por uma das universidades públicas mais prestigiosas do México. É coautora de dezenas de artigos acadêmicos, incluindo o relatório vencedor do Prêmio Nobel do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Quando ela tomar posse em 1º de outubro, o México se tornará a primeira nação norte-americana a eleger uma chefe de Estado mulher e terá uma das maiores assembleias de legisladoras do mundo.

No entanto, os olhos do mundo não estão voltados neste momento para realçar a emergente democracia mexicana ou o bem-sucedido empoderamento das mulheres na política. Estão voltados para uma preocupação muito mais sombria: se a democracia do México pode estar retrocedendo e se pode retroceder ainda mais sob a presidência de Sheinbaum.

Os temores decorrem de sua linhagem política. Sheinbaum é a sucessora leal do presidente em final de mandato Andrés Manuel López Obrador (AMLO), um político de carreira que se considera a encarnação do “povo” em uma cruzada contra o que ele chama de “máfia do poder”. AMLO ataca publicamente a imprensa e a sociedade civil, mesmo quando elas têm críticas válidas, implementou medidas de austeridade que degradaram a eficácia de algumas instituições e, em última instância, deram poder aos militares, tornando-os responsáveis por setores civis cruciais. Como resultado, os críticos de AMLO o acusam de “destruir a democracia por dentro”, “subverter as instituições

que sustentaram a conquista democrática do México” e abrir caminho para que o México seja “a próxima Venezuela”.¹

Na verdade, as afirmações de que o México está se autocratizando são exageradas.² De fato, o mandato de AMLO levantou algumas preocupações legítimas sobre a resiliência de certos aspectos cruciais da democracia mexicana, como a sua capacidade de impor limites ao governo federal e, sobretudo, ao presidente da República. No entanto, o México não está passando por uma autocratização, comumente entendida como “o declínio dos atributos do regime democrático”,³ nem está à beira de uma ruptura democrática. Pelo contrário, o país continua apresentando, de forma proeminente, todos os aspectos básicos associados a uma democracia, como sufrágio universal, eleições livres e justas para o Legislativo e o Executivo, liberdades de imprensa, de expressão e de organização, mecanismos de responsabilização do Poder Executivo, e controle civil sobre as Forças Armadas do México.

Até agora, o caso do México ressoa com um corpo emergente de literatura acadêmica que destaca a prevalência da resiliência democrática, entendida como “a capacidade [...] de prevenir ou reagir a desafios sem perder seu caráter democrático”.⁴ Como Steven Levitsky e Lucan A. Way mostraram^{IV}, a maioria das democracias com raízes na “terceira onda” global que começou em 1974 resistiu a desafios sem sofrer reversões para o autoritarismo.⁵ Mesmo em países que elegem líderes populistas, a grande maioria não experimenta uma deterioração democrática significativa.

Isso não significa que a democracia do México esteja totalmente segura. Sheinbaum obteve uma supermaioria enquanto fazia campanha em nome de reformas que, se levadas a cabo, concentrariam o poder em sua coalizão eleitoral. Isso inclui eleições populares para preencher a Suprema Corte de onze membros e o Instituto Nacional

IV. Nota do editor brasileiro: Ler artigo “A surpreendente resiliência da democracia”, de Steven Levitsky e Lucan A. Way, publicado pelo “*Journal of Democracy em Português*”, em maio de 2024.

Eleitoral (INE), bem como a eliminação do sistema de representação proporcional no Congresso. Ao contrário de AMLO, Sheinbaum terá o poder de mudar a Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos ou até mesmo de criar uma nova, e ela governará com um mandato popular sem precedentes em um país onde metade da população prefere tomar decisões sem interferência do Congresso ou dos tribunais. A futura presidente também enfrentará um país que luta contra o aumento do crime organizado e um exército que agora lida com tarefas anteriormente gerenciadas por agências civis, uma mudança resultante das políticas de AMLO.

No entanto, há razões para permanecer otimista em relação à democracia mexicana. Em maior ou menor grau, o México tem muitas características comumente associadas à resistência democrática, como tribunais capazes e dispostos a controlar o Poder Executivo, competição robusta entre partidos que devem lidar com tensões internas, e a existência de educação cívica, minorias étnicas organizadas e mídia independente.⁶ A pesquisa tende a mostrar que a urbanização, os vizinhos democráticos e o desenvolvimento econômico ajudam a descartar a autocracia.⁷ O país é majoritariamente urbano, faz fronteira com os Estados Unidos e, entre os países latino-americanos, fica atrás apenas da Costa Rica e do Chile em PIB per capita.

Além disso, Sheinbaum afirmou consistentemente seu compromisso com os valores democráticos, inclusive em seu discurso de vitória, e, ao contrário de AMLO, ela não tem um comportamento populista. A futura presidente^V enfrenta uma maior probabilidade de fratura da coalizão governista, de fragmentação dentro do próprio Morena e de queda de popularidade. Enfrentará, também, restrições institucionais significativas, como o referendo revogatório obrigatório que permite aos eleitores removerem o chefe de Estado após três anos de governo (meio do mandato).

V. Nota do editor brasileiro: A cerimônia de posse está marcada para o dia 1º de outubro de 2024.

A vitória esmagadora de Sheinbaum

A eleição de 2024 foi a maior da história do México, tanto em termos do número de eleitores que participaram quanto do número de cargos em disputa: a Presidência da República, 628 cadeiras no Senado e na Câmara dos Deputados, nove governos estaduais e vinte mil cargos locais. O INE supervisionou tudo com sucesso, com a participação de 1,3 milhão de voluntários em 170 mil locais de votação.

A eleição foi majoritariamente livre e justa. Como em todas as votações realizadas no México, houve violações das leis eleitorais. Em parte, isso aconteceu porque as regras eleitorais do país são notavelmente rigorosas, proibindo atividades que em outros países são consideradas normais. O presidente em fim de mandato, por exemplo, não pode manifestar apoio explícito a seu próprio partido. AMLO claramente quebrou essa regra, como seus antecessores sempre fizeram.

AMLO foi fundamental para a candidatura de Sheinbaum porque, à medida que o fim de seu mandato se aproximava, sugeriu reiteradamente que ela era sua legítima sucessora. Quando ela venceu as primárias do Morena — curiosamente, o partido as realiza por meio de pesquisas de opinião pública —, AMLO lhe presenteou com um totem de madeira que lembra as tradições indígenas. Esse “*bastón de mando*” (bastão de comando) tornou-se um símbolo da campanha de Sheinbaum e foi exibido com destaque em seus comícios.

No entanto, a vitória de Sheinbaum está longe de ser obra exclusiva de AMLO. Três fatores adicionais desempenharam um papel: os resultados tangíveis que o governo do Morena entregou à sua base de apoio, um ambiente internacional favorável à economia mexicana e uma rejeição generalizada aos partidos de oposição.

Primeiro, as melhorias do cenário socioeconômico das famílias da classe trabalhadora durante o governo de AMLO não podem ser minimizadas. O salário mínimo dobrou nacionalmente e triplicou em lugares

próximos à fronteira com os EUA, beneficiando 17% da força de trabalho formal. As reformas trabalhistas deram poder aos trabalhadores, promoveram sindicatos democráticos, simplificaram as disputas trabalhistas nos tribunais, restringiram a terceirização, aumentaram as férias anuais remuneradas e aumentaram as proteções para os trabalhadores.⁸ Como resultado, a renda do trabalho per capita aumentou 24% acima da inflação, atingindo um recorde histórico, e a parcela de trabalhadores que vivem na pobreza caiu para seu nível mais baixo em dezesseis anos. Durante os dois governos antes de AMLO assumir o cargo (totalizando doze anos), a renda per capita do trabalho havia diminuído 9%.

As políticas econômicas do Morena também resultaram em reduções substanciais nos níveis de pobreza. Entre 2018 e 2022, a parcela da população mexicana na pobreza caiu de 42% para 36%, a redução queda mais acentuada em dezesseis anos. A desigualdade também diminuiu, com a parcela da renda nacional detida pelos 10% domicílios mais ricos caindo de 62% para 58%. O governo aumentou os gastos sociais (especialmente por meio de transferências de renda), embora a parcela de famílias extremamente pobres que recebem dinheiro tenha caído ligeiramente devido a má gestão. Apesar dessas falhas, no entanto, até 2022 as transferências de renda estavam tirando 3,5 milhões de pessoas da pobreza todos os anos, 52% a mais do que as administrações anteriores — o México tem 47 milhões de pessoas vivendo na pobreza.

AMLO redirecionou o investimento para as regiões mais pobres do México. O financiamento público foi destinado a uma ferrovia turística, a uma grande refinaria de petróleo em Dos Bocas (Tabasco), a vários aeroportos e um corredor ferroviário interoceânico para cargas e passageiros através do Istmo de Tehuantepec, onde o Golfo do México e o Oceano Pacífico estão separados por menos de duzentos quilômetros. Além disso, ele implementou um programa ambicioso para reabilitar espaços urbanos em bairros pobres em todo o país.

Em segundo lugar, as circunstâncias externas favoreceram a vitória da candidata governista. O início da pandemia de Covid-19 em 2020 trouxe um aumento dramático nas remessas de mexicanos que estavam empregados no exterior, resultando em um grande aumento do envio de dólares para familiares em algumas das regiões mais pobres do México. As remessas de dinheiro são hoje a maior fonte de renda estrangeira do México, que está atrás apenas de China e Índia como receptor dessas transferências.

As crescentes tensões entre EUA e China deslocaram o investimento de países da esfera de influência de Pequim para aqueles que são aliados dos EUA, entre eles o vizinho do sul. As expectativas de crescimento dispararam à medida que os parques industriais perto do Rio Grande se tornavam mais ativos e o México se tornava o principal parceiro comercial dos EUA. Além disso, a diferença entre as taxas de juros dos EUA e do México fortaleceu o valor do peso em relação ao dólar americano.

Um terceiro fator que contribuiu para o triunfo eleitoral de Sheinbaum foi a estratégia dos partidos de oposição. A frente única que eles formaram para competir com o Morena (excluindo apenas um pequeno partido social-democrata) enfraqueceu suas ideologias, gerou conflitos internos e manchou suas reputações, principalmente devido à participação do Partido Revolucionário Institucional (PRI) — o partido que governou sem interrupção de 1929 a 2000, amplamente visto como corrupto. Algumas pesquisas mostraram que, sem o PRI, a frente oposicionista poderia ter reunido o apoio de até 77% dos eleitores.⁹ Com o PRI, obteve os votos de apenas 34% dos eleitores.

O Partido da Ação Nacional (PAN), de centro-direita, por exemplo, que conseguiu chegar à Presidência do México em 2000 com a eleição de Vicente Fox, colocando um fim à longa hegemonia do PRI, nos últimos anos se tornou muito identificado a seu antigo rival aos olhos de parte dos eleitores. Em 2018, a aliança PAN-PRI foi um dos principais

fatores que explicam a vitória de AMLO.¹⁰ Repetir uma aliança altamente impopular em 2024 não foi uma boa estratégia, principalmente porque a frente de oposição fez sua campanha a partir da premissa de que os mexicanos estavam melhor antes do governo AMLO, diferentemente da percepção de parte significativa da população, sobretudo os mais pobres.

Para a maioria dos eleitores, a percepção era de que a economia estava melhorando, o país estava indo na direção certa e o governo federal era mais confiável. De acordo com a pesquisa Latinobarómetro, até 2023, entre os mexicanos de todos os níveis de renda, apenas as classes médias altas desaprovavam a administração de AMLO. Isso certamente se deve ao fato de que elas foram afetadas pelas políticas redistributivas de seu governo, incluindo algumas mudanças nas regras trabalhistas e tributárias, a eliminação de empregos de nível superior na burocracia federal e a substituição de bolsas de estudo no exterior, em sua maioria regressivas em termos de renda, por apoio às universidades estaduais. Como um mexicano de classe média-alta me disse: “Quando AMLO falou em tirar dos ricos para dar aos pobres, não imaginamos que ele estava pensando em nós”.

A resiliência da democracia sob AMLO

Algumas das ações de AMLO representaram um desafio à integridade da democracia mexicana. Durante suas coletivas de imprensa diárias, o presidente demonstrou uma notável sensibilidade às críticas a seu governo e frequentemente expressou desaprovação em relação à sociedade civil e à mídia. Por vezes, AMLO se envolveu em ações percebidas como retaliatórias contra jornalistas, como divulgar seus números de telefone ou rendimentos.

AMLO também se esforçou para exercer influência além do Poder Executivo federal. Em algumas ocasiões, ele contornou as regras,

como quando ignorou os procedimentos seletivos para colocar alguém leal a ele à frente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, que desde 1999 passou a ter autonomia de gestão e orçamentária prevista na Constituição. Em outros casos, o presidente bloqueou a nomeação de funcionários para chefiar instituições autônomas — ou cortou seus orçamentos — como forma de dificultar o trabalho de órgãos que ele não podia influenciar. No final de seu mandato, AMLO propôs absorver diversas entidades autônomas no âmbito do Poder Executivo. Em certos casos, essa consolidação poderia ser uma boa ideia, como nos casos da Comissão Federal de Competição Econômica (COFECE) e do Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL), onde o envolvimento do Executivo reflete as práticas de vários outros países. No caso do Instituto Nacional de Transparência (INAI), no entanto, a proposta foi uma manobra estratégica para sufocar a fiscalização da administração de AMLO.

Mais grave ainda, AMLO provocou um enorme problema ao entregar tarefas de governança civil ao Exército Mexicano. Inicialmente, AMLO confiou aos militares vários projetos civis porque o exército construía mais rápido e a um preço menor do que as empresas privadas. Logo, no entanto, o exército passou a controlar mais de trinta empresas estatais, incluindo aeroportos, portos, alfândegas, a companhia *Mexicana de Aviación* e até mesmo uma ilha do Pacífico para ecoturistas (Isla María Madre, local de uma antiga prisão).¹¹ Em 2019, ele criou a Guarda Nacional, em substituição à Polícia Federal, e entregou o comando aos militares, e a nova força militarizada se tornou conhecida por violações dos direitos humanos.¹² Estima-se que o Exército Mexicano controle atualmente 4% do orçamento federal, 19% da arrecadação de impostos federais e todos os serviços de inteligência.

Mas, apesar das tendências populistas de AMLO, a democracia mexicana provou ser mais resiliente do que muitos cétricos esperavam, ao enfrentar ou mitigar os desafios colocados pelo presidente.

O México preservou a competição eleitoral, o sufrágio universal e a capacidade dos cidadãos de influenciar o destino de seus governantes por meio do voto. Desde 2018, ocorreram muitas eleições consideradas, em grande parte, justas e transparentes. O partido governista Morena perdeu disputas em distritos-chave da Cidade do México e nos influentes estados de Nuevo León e Jalisco, para não falar de vários governos estaduais, e admitiu esses reveses sem condenar os resultados como fraudulentos. AMLO deixará o cargo quando seu mandato terminar. Não há dúvida de que Sheinbaum também o fará.^{VI}

O país tem ampla liberdade política e de associação, e os oponentes podem apresentar pontos de vista alternativos sobre todas as questões de relevância da atualidade. Os adversários do Morena exerceram seu direito de se organizar e protestar, como em duas grandes manifestações oposicionistas no coração da Cidade do México: uma em fevereiro para expressar apoio a eleições limpas e oposição a AMLO, e outra em maio para apoiar a candidatura de Xóchitl Gálvez. Ambos os eventos lotaram o Zócalo, a grande praça central onde as manifestações de escala nacional costumam ocorrer.

Apesar das bravatas de AMLO em relação à imprensa e a seus céticos em geral, a mídia mexicana permanece livre para criticar o governo federal. Opositores políticos e jornalistas não são presos ou silenciados, e nenhum veículo de comunicação foi forçado a fechar. Veículos de comunicação, tanto privados como públicos, apresentam vozes dissidentes e dão amplo espaço às perspectivas da oposição. Algumas das medidas propostas pelo Morena apri-moraram a liberdade de expressão, como a revogação de uma lei de 1917 que tornava crime insultar o presidente da República e uma redução na quantidade de financiamento discricionário público para a mídia privada.

VI. Nota do editor brasileiro: No México, o mandato presidencial é de seis anos e a reeleição não é permitida.

Com relação aos grupos da sociedade civil, mesmo que AMLO tenha criticado abertamente alguns deles e promovido mudanças fiscais que eles aprovaram, , “os funcionários do governo foram em sua maioria cooperativos e receptivos às opiniões desses grupos” e as ONGs geralmente “[operam] sem restrição governamental para monitorar ou investigar condições ou casos de direitos humanos e publicar suas conclusões”, segundo avaliação do Departamento de Estado dos EUA.¹³

A Suprema Corte do México permaneceu independente, e mesmo os juízes nomeados por AMLO desempenharam papéis proeminentes na rejeição de algumas reformas propostas pelo governo, seja por motivos constitucionais ou processuais. Das cinco indicações de AMLO, apenas três permaneceram em grande medida leis à agenda do Morena. O presidente, fiel à sua forma de agir, condenou os juízes que se opunham a ele como inimigos do povo, mas não chegou a propor um plebiscito para tentar rever decisões judiciais. Muito menos contemplou fechar a Corte ou convocar uma assembleia constituinte para eliminá-la. AMLO respondeu às rejeições da Corte a suas iniciativas com novas propostas ao Congresso, ou com buscas de outros meios processuais ou legais para alcançar seus objetivos. Quando, perto do fim de seu mandato, AMLO apresentou a ideia de tornar os juízes eleitos pelo povo, o projeto foi barrado pelo Congresso.

O evento mais importante que demonstrou que a democracia do México não estava se erodindo sob o governo de AMLO foi o destino de uma reforma eleitoral que o presidente propôs pela primeira vez em 2020. A iniciativa continha características preocupantes, como a eleição de autoridades de supervisão eleitoral por voto popular. A Suprema Corte rejeitou a proposta duas vezes, ambas por motivos processuais. Quando AMLO contra-atacou com uma terceira versão da iniciativa — desta vez com muitas características preocupantes — foi a vez do Congresso barrar a proposta.

As alegações de que o México estaria se aproximando de uma ruptura democrática sob o governo de AMLO frequentemente esboçavam cenários hipotéticos nos quais ele ganhava uma supermaioria no Congresso e se tornava incontrolável. No entanto, isso nunca aconteceu. Mesmo em 2018, no auge de sua força política durante o mandato de AMLO, a coalizão do Morena contava com apenas 307 deputados, muito abaixo dos 334 necessários para aprovar uma emenda constitucional na Câmara. Após a vitória esmagadora de Sheinbaum, em 3 de junho de 2024, isso mudou.

O teste da democracia mexicana

A resiliência da democracia mexicana será agora testada novamente. Antes da eleição de 2024, a coalizão do Morena controlava 56% da Câmara e 58% do Senado, muito abaixo dos dois terços necessários para mudanças constitucionais. As estimativas agora sugerem que a coalizão de Sheinbaum controlará entre 69% e 70% da Câmara e entre 59% e 69% do Senado. Isso não tem precedentes. A última vez que algo parecido aconteceu foi em 1994, durante a era do domínio do PRI. A coalizão do Morena também governa vinte e três estados. O risco é que, com uma coalizão eleitoral tão grande, Sheinbaum tenha o poder de mudar a Constituição, com intuítos antidemocráticos.

Outra questão premente para a democracia mexicana é o fortalecimento do Exército Mexicano. A agenda de infraestrutura de Sheinbaum é ainda mais ambiciosa do que a de AMLO. No entanto, ela tem menos recursos e menos capacidade de contrair dívidas. Ela certamente colaborará com os militares como AMLO fez. O exército pode construir rapidamente, secretamente e de forma barata. À medida que mais recursos públicos fluem para as mãos dos militares, no entanto, a capacidade do governo civil de controlar o corpo de oficiais pode enfraquecer.

Para preservar a democracia, o Estado mexicano deve prestar serviços públicos, controlar a corrupção, manter a paz e apoiar o desenvolvimento da economia. Em outras palavras, ele deve governar — algo que, no passado, muitas vezes foi incapaz de fazer.

O exército já está operando por conta própria, às vezes em detrimento do próprio governo. De acordo com o grupo de hackers Guacamaya, que vazou documentos oficiais do Ministério da Defesa, os militares têm espionado jornalistas, defensores dos direitos humanos e até membros do gabinete e políticos. O exército também foi acu-

sado de obstruir investigações sobre casos que poderiam manchar sua imagem. Esses casos incluem o assassinato de 43 estudantes de Iguala em 2014, ou acusações de tráfico de drogas que foram apresentadas — e depois retiradas — contra o general aposentado e ex-secretário de Defesa Salvador Cienfuegos.

Um golpe militar aberto é pouco provável, mas cresce a preocupação de que a militarização reduza a transparência e a *accountability*. As ações do exército são regularmente classificadas como “questões de segurança nacional”, o que limita a supervisão dos órgãos civis. O acesso à informação é restrito, e a capacidade de processar também. O exército tem tribunais especiais que são separados do resto do sistema judiciário, e muitas vezes é difícil fazer com que os militares compareçam aos tribunais civis. A falta de responsabilização pode levar ao aprofundamento da corrupção e, em seguida, a uma crise de legitimidade.

Finalmente, outro risco significativo para a democracia mexicana é o crime organizado. Um Estado de direito fraco significa uma democracia predisposta à regressão autoritária.¹⁴ Os mexicanos não precisam ir além do vizinho El Salvador, sob o comando do presidente Nayib Bukele, para ver essa dinâmica em ação. Nas últimas décadas, as organizações criminosas mexicanas deixaram de apenas vender

drogas nos Estados Unidos e se expandiram, passando a controlar todos os tipos de negócios, legais e ilegais, dentro do próprio México. Eles forçam vendedores informais a pagarem para vender em mercados locais, administram redes de táxis e ônibus, e recebem uma parte da produção de abacate, limão e até tortilhas de milho. O crime organizado força os moradores a comprar produtos superfaturados e sequestra migrantes para obter resgate de suas famílias na América Central.

Para cometer extorsão e sequestros com impunidade, é muito útil controlar os governos locais, de modo que os efeitos políticos corruptores dessas atividades ilegais podem ser bem imaginados. Dez anos atrás, este Journal publicou um ensaio sobre a “subversão criminosa” da democracia mexicana,¹⁵ mas a gravidade do tema foi destacada de forma sombria pelos assassinatos de 31 candidatos durante a temporada de campanha de 2024. Mais de trezentos outros casos de violência política aconteceram, enquanto quase mil e quatrocentos candidatos renunciaram antes do fim da eleição.¹⁶

A resiliência do México sob Claudia

No entanto, existem alguns aspectos que podem tornar a democracia mexicana, que já dura um quarto de século, mais resiliente do que alguns observadores antecipam. O principal deles é a instabilidade potencial da coalizão legislativa do Morena no novo governo. Dois quintos da Câmara dos Deputados são alocados de acordo com um sistema de representação proporcional. Para alcançar sua supermaioria, o Morena distribuiu estrategicamente os distritos entre os membros de sua coalizão para maximizar a parcela desses duzentos assentos que poderia ganhar. A distribuição dará ao Morena controle direto sobre apenas dois terços dos legisladores, tornando sua supermaioria dependente da lealdade de seus aliados. Essa lealdade é questionável, particularmente no caso do Partido Verde (PVEM). O PVEM foi aliado da

oposição do Morena até 2018 e é conhecido por mudar frequentemente de coalizão para servir aos seus interesses.

A capacidade de Sheinbaum de controlar a futura coalizão legislativa do Morena não será igual à de AMLO. As fileiras do Morena incluem muitos políticos diversos, às vezes com ideologias totalmente opostas. AMLO era a cola que mantinha o partido unido; com sua partida, as rachaduras começam a aparecer. Depois que Sheinbaum venceu as primárias com 39% em uma disputa com vários candidatos, o ex-ministro das Relações Exteriores Marcelo Ebrard, um rival, chamou sua eleição de fraudulenta e prometeu: “não nos submeteremos a essa senhora”.¹⁷ Desde então, Ebrard e o ex-presidente do Senado Ricardo Monreal alistaram 18% dos deputados do Morena para sua dissidência dentro do partido — o suficiente para garantir que nenhum orçamento federal possa ser aprovado sem seu consentimento.

A estratégia “*big-tent*”^{VII} do Morena contribuirá ainda mais para a instabilidade interna. Cada vez mais, o partido tem cortejado políticos de outras legendas e esses novatos tendem a ser menos disciplinados, podendo levar a divisões internas quando os membros originais do Morena se sentirem excluídos. Houve divisões e protestos em Chihuahua, Guanajuato, Puebla, Yucatán e no Estado do México. No pequeno estado do centro-sul de Tlaxcala, ativistas do Morena fizeram campanha abertamente para a oposição em 2024. Em Durango, alguns *insiders* acreditam que um novo partido será formado por aqueles que se sentem alienados pelas decisões do Morena.

A própria Sheinbaum não tem a personalidade cativante de uma populista; quando muito, ela se assemelha a uma tecnocrata. Professora de engenharia energética em tempo integral apenas uma década atrás, ela é regularmente descrita como dura, disciplinada e focada em resul-

VII. Partido político que aglutina várias correntes políticas diferentes para maximizar seu apelo eleitoral. (N. T.)

tados. A futura presidente não tem décadas de experiência em mobilização política. Ela é menos confrontadora do que AMLO e tem relações mais cordiais com a imprensa e com adversários políticos. E anunciou políticas voltadas a construir pontes com grupos afetados pelas políticas de AMLO, incluindo a classe média-alta, artistas e acadêmicos.

Sheinbaum pode não ter a popularidade necessária para orquestrar um retrocesso democrático de maiores proporções. As ferramentas que AMLO usou para ganhar tanta popularidade, particularmente entre as classes trabalhadoras, estarão muito menos disponíveis para a nova governante. Ela não será capaz de aumentar o salário mínimo tanto quanto AMLO fez, nem será capaz de elevar os gastos sociais sem impor reformas fiscais impopulares. Sheinbaum herda um sistema de saúde disfuncional, bem como o crescente problema da imigração ilegal da América do Sul e Central.

Além disso, como uma política mulher, ela enfrentará uma reação negativa de popularidade mais forte do que um equivalente masculino enfrentaria.¹⁸ Isso certamente será no caso no México, que, de acordo com o Índice de Normas de Gênero do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ainda é uma sociedade bastante sexista. O empoderamento das mulheres na política mexicana ocorreu devido à construção de um arcabouço legal que promove a paridade de gênero (incluindo cotas de gênero impostas pelos tribunais e ainda amargamente ressentidas por muitos políticos do sexo masculino), não porque os preconceitos contra mulheres poderosas tenham desaparecido na sociedade e na política mexicanas. A desconfiança da liderança feminina ainda é comum entre a população. Um terço dos mexicanos sente que “o país não está preparado” para ter uma presidente mulher, e 14% dizem abertamente que prefeririam eleger um presidente homem.

Além de ter que “remar contra a corrente” contra preconceitos que AMLO nunca enfrentou, Sheinbaum enfrentará restrições institucio-

nais significativas, como o referendo revogatório obrigatório. Prometido por AMLO durante sua campanha de 2018, depois aprovado e ratificado como uma mudança constitucional pelo Congresso e pelos estados, isso exigirá uma votação popular, no meio do mandato de seis anos, para decidir se Sheinbaum deve continuar como presidente. Em abril de 2022, AMLO se saiu extremamente bem no primeiro *recall* realizado, obtendo mais de 93% dos votos. No entanto, a votação foi considerada inválida porque não conseguiu atrair o comparecimento necessário de 40% (apenas cerca de 18% dos eleitores registrados no México compareceram para votar). Uma presidente popular passará facilmente, mas a matemática significa que, em teoria, Sheinbaum poderia ser expulsa do cargo por cerca de vinte milhões de eleitores de um total de quase cem milhões de mexicanos aptos a votar.

Finalmente, Sheinbaum poderá fazer apenas quatro indicações para a Suprema Corte, provavelmente não o suficiente para inclinar a balança de um órgão onde são necessários oito votos para declarar uma norma inválida.

No entanto, no longo prazo, a única maneira de manter a saúde da democracia mexicana é eliminar as condições que criam uma demanda por populismo. Essa demanda não surge da ignorância ou do ressentimento mesquinho, mas de um sentimento legítimo de que a democracia, em mais de duas décadas, não melhorou suficientemente a vida da grande maioria. Quando a democracia produz resultados, os indivíduos a apoiam.¹⁹

Para preservar a democracia, o Estado mexicano deve ofertar serviços públicos de qualidade, controlar a corrupção, manter a paz interna e apoiar o desenvolvimento da economia. Em outras palavras, o Estado deve governar — algo que, no passado, muitas vezes foi incapaz de fazer.

O México fez a transição para a democracia em 2000 com a expectativa de que a alternância de poder político melhoraria a vida da

maioria. Isso não aconteceu. Os governos após a transição foram excelentes na criação de instituições eleitorais sólidas, mas foram um fracasso retumbante na promoção da inclusão econômica. De 2000 a 2018, durante os três primeiros governos da atual fase democrática, 1% dos mexicanos mais ricos passaram de deter 12% da renda nacional para deter 30% — o maior aumento da concentração de renda entre os 181 países incluídos no *World Inequality Database* [Base de Dados da Desigualdade Mundial]. É natural que, quando AMLO conquistou a Presidência da República, 88% dos mexicanos acreditassem que o governo servia principalmente aos interesses da elite.

Durante o mandato de AMLO, a satisfação dos mexicanos com a democracia, a confiança na democracia representativa e a confiança nos partidos políticos e no governo aumentaram significativamente. Isso aconteceu porque ele entregou resultados reais a sua base.

No entanto, há muito trabalho a ser feito antes que o México possa se considerar um país justo. Segundo algumas métricas, o país é atualmente o quarto mais desigual do mundo e o terceiro em termos de poder do crime organizado. Manter a democracia em meio a condições tão adversas não é tarefa fácil. Até agora, o México conseguiu. No entanto, se Claudia Sheinbaum não conseguir levar essa conquista adiante, a democracia mexicana sentirá a pressão. Mesmo uma democracia tão resiliente quanto a do México pode titubear se seu povo continuar enfrentando injustiças históricas.

Notas

1. Bret Stephens, “Will Mexico Be the Next Venezuela?”, *New York Times*, 28 novembro 2022; David Frum, “The Autocrat Next Door”, *Atlantic*, 1º fevereiro 2023; Anne Applebaum, “How Do You Stop Lawmakers from Destroying the Law?”, *Atlantic*, 1º março 2023.
2. Mariano Sánchez-Talanquer e Kenneth F. Greene, “Is Mexico Falling into the Authoritarian Trap?”, *Journal of Democracy* 32 (outubro 2021): 56–71.
3. Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, “A Third Wave of Autocratization Is Here: What Is New About It?”, *Democratization* 26 (outubro 2019): 1095.
4. Jason Brownlee e Kenny Miao, “Why Democracies Survive”, *Journal of Democracy* 33 (outubro 2022): 133–49; Andrew T. Little e Anne Meng, “Measuring Democratic Backsliding”, *PS: Political Science and Politics* 57 (abril 2024): 149–61; Wolfgang Merkel e Anna Lührmann, “Resilience of Democracies: Responses to Illiberal and Authoritarian Challenges”, *Democratization* 28 (julho 2021): 869–84. Outros autores concordam que o México é um caso de resiliência.
5. Steven Levitsky e Lucan A. Way, “Democracy’s Surprising Resilience”, *Journal of Democracy* 34 (outubro 2023): 5–20 [Ed. bras.: A surpreendente resiliência da democracia, *Journal of Democracy em Português* 13, n. 1 (2024)].
6. Merkel e Lührmann, “Resilience of Democracies”; Brownlee e Miao, “Why Democracies Survive”; Anna Lührmann, “Disrupting the Autocratization Sequence: Towards Democratic Resilience”, *Democratization* 28 (julho 2021): 1017–39; Jan Rovny, “Antidote to Backsliding: Ethnic Politics and Democratic Resilience”, *American Political Science Review* 117 (novembro 2023): 1410–28; Marcus André Melo e Carlos Pereira, “Why Didn’t Brazilian Democracy Die?”, *Latin American Politics and Society*, FirstView, 19 março 2024, 1-27.
7. Vanessa A. Boese et al., “How Democracies Prevail: Democratic Resilience as a Two-Stage Process”, *Democratization* 28 (julho 2021): 885–907; Levitsky e Way, “Democracy’s Surprising Resilience”.
8. Alejandro Estefan et al., “Outsourcing Policy and Worker Outcomes: Causal Evidence from a Mexican Ban”, Working Paper 32024 (Cambridge, Massachusetts (EUA): National Bureau of Economic Research, janeiro 2024).

9. “Encuesta Nacional Presidenciables 2024”, Enkoll, *El País*, e W Radio, abril 2024.
10. Rodrigo Castro Cornejo, “The AMLO Voter: Affective Polarization and the Rise of the Left in Mexico”, *Journal of Politics in Latin America* 15 (abril 2023): 96–112.
11. Alejandro Ravelo et al., *El negocio de la militarización: Opacidad, poder y dinero* (Cidade do México: MUCD, 2024).
12. Gustavo Flores-Macías e Jessica Zarkin, “The Consequences of Militarized Policing for Human Rights: Evidence from Mexico”, *Comparative Political Studies* 57 (março 2023): 387–418.
13. Departamento de Estado dos EUA, “2023 Country Reports on Human Rights Practices: Mexico”, Washington, D.C., 22 abril 2024.
14. Larry Diamond, “Democratic Regression in Comparative Perspective: Scope, Methods, and Causes”, *Democratization* 28 (janeiro 2021): 22–42.
15. Andreas Schedler, “The Criminal Subversion of Mexican Democracy”, *Journal of Democracy* 25 (janeiro 2014): 5–18 [Ed. bras.: “A subversão criminal da democracia mexicana”, *Journal of Democracy em Português* 4, n. 2 (2015)].
16. Itzel Soto et al., *Votar entre balas*, 2024, Data Cívica, México Evalúa, e Animal Político, 2024; Karolina Gilas, “Las Renuncias de Candidaturas”, *Voz y Voto*, maio 2024.
17. Georgina Zerega, “Marcelo Ebrard abre la puerta a su salida de Morena por la victoria de Claudia Sheinbaum: ‘No nos vamos a someter a esa señora’”, *El País*, 6 setembro 2023.
18. Catherine Reyes-Housholder, “A Theory of Gender’s Role on Presidential Approval Ratings in Corrupt Times”, *Political Research Quarterly* 73 (setembro 2020): 540–55; Federico Batista Pereira, “Do Female Politicians Face Stronger Backlash for Corruption Allegations? Evidence from Survey-Experiments in Brazil and Mexico”, *Political Behavior* 43 (dezembro 2021): 1561–80.
19. Daron Acemoglu et al., “(Successful) Democracies Breed Their Own Support”, *Review of Economic Studies*, 16 maio 2024, <https://doi.org/10.1093/restud/rdae051>.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>